

ENTRE “A TEORIA E A PRÁTICA REVOLUCIONÁRIA”: A GUERRILHA EM SUA PRÁTICA URBANA DURANTE OS GOVERNOS MILITARES BRASILEIROS (1964-1985)

FABRICIO TREVISAN FLORENTINO DA SILVA*

O presente texto tem por objetivo fazer determinados apontamentos acerca de uma questão dicotômica entre teoria e prática, cuja inserção se deu no âmbito das manifestações provenientes das esquerdas armadas durante o período dos governos militares brasileiros (1964-1985). O cerne de tal questão se caracteriza pelo confronto de espaços físicos entre a esfera rural (teoria) e o ambiente urbano (prática), tendo como foco a especificidade que a zona citadina causou para a transformação do caráter dos grupos guerrilheiros.

A fim de chegarmos ao alvitre proposto, em princípio iremos expor o contexto do período caracterizando a teoria que permeou o imaginário da esquerda armada, posteriormente indicar a importância do fator cidade, e por fim estabelecer a preponderância da prática guerrilheira por meio do *Manual do Guerrilheiro Urbano*, do conhecido militante da esquerda Carlos Marighella.

Antes de iniciarmos a exposição do contexto do período, é imprescindível esclarecer uma questão. Ambos os grupos – Guerrilha e Forças Armadas – serão tomadas da seguinte forma: indivíduos que são partidários ou simpatizantes do governo civil-militar são de *direita* e os que são contrários aos detentores do poder governamental são de *esquerda*, especificamente os que foram integrados ao movimento da luta armada. Tal divisão entre direita e esquerda era bem explícita durante a Ditadura Militar devido à política internacional dicotômica exercida entre União Soviética e Estado Unidos. Esta categorização é usada por, praticamente, toda a historiografia sobre o período. Autores como Jacob Gorender, Marcelo Ridenti, Daniel Aarão Reis Filho, Beatriz Kushnir, Carlos Fico e Maria Aparecida de Aquino se utilizam dessa concepção de direita e esquerda no período dos governos militares brasileiros (1964-1985).

* Mestrando em História pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP, *Campus* de Franca. Bolsista CAPES e sob a orientação da Profa. Dra. Márcia Pereira da Silva.

Entretanto, não pretendemos um debate longo e esgotante acerca dos conceitos *direita* e *esquerda*, entretanto consideramos necessário tecer algumas considerações que vão ao encontro de Norberto Bobbio (1995:31):

“Direita” e “esquerda” são termos antitéticos, reciprocamente excludentes e conjuntamente exaustivos. São excludentes no sentido de que nenhuma doutrina ou nenhum movimento pode ser simultaneamente de direita e de esquerda. E são exaustivos no sentido de que, ao menos na acepção mais forte da dupla, uma doutrina ou um movimento podem ser apenas ou de direita ou de esquerda.

Desse debate interessa-nos a certeza de que

“Esquerda” e “direita” não indicam apenas ideologias. Reduzi-las a pura expressão do pensamento ideológico seria uma indevida simplificação. “Esquerda” e “direita” indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de idéias, mas também de interesses e de avaliações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade, contrastes que existem em toda sociedade e que não vejo como possam simplesmente desaparecer (BOBBIO, 1995:33).

No ano de 1964 o Brasil sofreu um golpe de Estado que pôs fim ao governo constitucional do então presidente João Goulart. Desde então, um determinado projeto de país, em muito pautado pela Doutrina de Segurança Nacional e pelos estudos da Escola Superior de Guerra (ESG) começou a ser efetivamente implantado no Brasil.

A Doutrina de Segurança Nacional trouxe a sustentação para o Estado militar, tendo como maior expressão nacional o General Golbery do Couto e Silva, que era o coordenador da principal tarefa atribuída ao complexo ESG/IPES/IBAD: a de criar e implantar eficazes redes de informação consideradas imprescindíveis na instalação de um Estado centralizado que funcionasse. O general Golbery foi apontado por Alves

como o mais influente teórico brasileiro do Exército. Em suas obras, grandemente utilizadas pela ESG, ele desenvolveu o conceito de vários tipos de guerras, preocupando-se em compor estratégias que informassem a melhor maneira de lutar contra os “inimigos internos” e a “pressão psicológica” (SILVA, 2001).

O golpe civil-militar de 1964 teve considerável oposição, materializada e ramificada no movimento estudantil, sindicatos, partidos clandestinos e organizações guerrilheiras. Inúmeros grupos armados também fizeram oposição aos governos militares, principalmente após a implantação do AI-5, pois, com o endurecimento do regime, a repressão tornou-se mais incisiva e violenta, fazendo com que milhares de opositores de esquerda e os nacionalistas consolidassem a idéia de que só seria possível lutar contra a ditadura por meio das armas, ou seja, construindo grupos de guerrilheiros.

As ações armadas se multiplicaram depois do AI-5. De 1968 até meados de 1974 houveram inúmeras investidas tanto no meio urbano quanto no meio rural, sendo as cidades o palco da maioria das manifestações guerrilheiras. Neste sentido percebemos que a elaboração para a luta armada no Brasil se deu pela falência do caminho pacífico para a revolução, já que a maioria dos militantes não mais acreditava nessa hipótese, com exceção do Comitê Central do PCB. Os grupos dissidentes do PCB formaram outras organizações-matrizes, tais como a Ação Popular (AP), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e a Política Operária (POLOP).

Dessa forma, a luta armada contra os governos militares tornou-se imperiosa, pois as Forças Armadas já estavam estabelecidas no poder, já que no momento do golpe de Estado, as esquerdas não combateram os golpistas como supostamente estava planejado pelos nacionalistas ligados a Leonel Brizola e os camponeses de Francisco Julião.

As esquerdas não conseguiram estruturar uma união afinada para lutar contra o regime, em virtude da pluralidade ideológica de questões partidárias e doutrinárias, influências teóricas do próprio país ou de estrangeiros, maneiras organizativas e formas de luta distintas, limitações espaciais e temporais, etc.

Nesse sentido, ainda que não tivessem se unido para combater o regime militar, as esquerdas tinham divergências e convergências nos projetos de guerrilha que foram elaborados pelos diferentes grupos armados. A relação dos grupos com seus respectivos membros já foram levantados por Marcelo Ridenti (1993).

Uma grande parcela de guerrilheiros, a exemplo do vasto material teórico que produziram e/ou divulgaram, concebia a luta no campo, também chamada de guerrilha rural, como a única via de revolução para o país. Entre os grupos que assim pensavam estava a Ação Libertadora Nacional (ALN) e também os grupos de cunho nacionalista, como o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) que buscava uma espécie de “guerra para a libertação do país”.

Um aspecto essencial do ideário guerrilheiro, considerado quase que “senso comum”, era a concepção da guerrilha originada e estruturada no campo, no meio rural. Tais concepções eram inspiradas em exemplos estrangeiros, a exemplo da Revolução Cubana, ocasião em que as formas de luta revolucionária foram fundamentadas no “guevarismo”.

O conhecido guerrilheiro “Che” Guevara considerava o foco insurrecional uma das três principais lições da tomada do poder em Cuba. Não seria preciso que estivessem reunidas todas as condições necessárias para a efetivação da revolução, já que focos de manifestações supririam tal lacuna. Encontramos em Guevara a raiz daquilo que Régis Debray tornaria mundialmente conhecido como a “teoria do foco” ou “foquismo”. Segundo a mesma, grupos revolucionários se apossariam de lugares estratégicos espalhados por todo país. Apoiariam uns aos outros e passariam, cada vez mais, a conquistar outros terrenos e maiores números de adeptos. Desta forma, um grupo de homens atuaria entre os camponeses numa região propícia por apresentar melhores condições de defesa e dali espalharia para outras regiões, criando os fatores necessários para a revolução: estava iniciada a luta. O foco guerrilheiro poderia, por meio da ação, criar as condições subjetivas para o andamento da revolução, ou seja, era preciso que a massa de trabalhadores oprimidos desejasse-a tanto quanto os revolucionários. Assim, a “revolução” contra o militarismo viria do espaço rural (SILVA, 2005).

Chamou-nos a atenção o fato de que, independente das nuances que pudesse ganhar, uma coisa era comum entre os grupos que atuaram contra os governos militares brasileiros na segunda metade do século XX: a presença da questão rural, a necessidade de iniciar a guerrilha no campo. Até mesmo a própria ALN de Carlos Marighella, cujas ações revolucionárias eram supervalorizadas em detrimento da aproximação e do recrutamento das massas, colocava a importância da guerrilha rural como prioridade,

mesmo apresentando algumas revisões na “teoria do foco”, como nos mostra Jacob Gorender (1987:97-8):

Marighella se declarou contrário aos focos e, inspirado na experiência histórica brasileira (das lutas contra os holandeses ao cangaço de lampião), apresentou a tarefa das colunas guerrilheiras móveis, que se deslocariam contando com pontos de apoio de antemão assentados.

No tocante a essa prioridade das organizações armadas iniciarem o processo revolucionário no meio rural, é imprescindível ressaltar que os militantes que incorporaram as colunas guerrilheiras acreditavam nisso, incluindo os estudantes. Dessa forma, as manifestações nas cidades foram compreendidas como temporárias e úteis, desde que dessem condições para as ações no campo. Os assaltos a bancos, por exemplo, objetivavam respaldar financeiramente a guerrilha rural, como comprar uma propriedade, uma fazenda ou similar, para iniciar a organização e estruturação da guerrilha.

A guerrilha rural não se efetivou como almejavam os grupos guerrilheiros, excetuando casos isolados e até hoje não difundidos como a famosa *Guerrilha do Araguaia*, idealizada pelo PC do B. É nesse meandro que nos deparamos com a importância das cidades nesta problemática. Carlos Marighella ao escrever *Manual do Guerrilheiro Urbano* (escrito e publicado clandestinamente em 1969) coloca em xeque a supervalorizada teoria da “imprescindível guerrilha oriunda do campo”. Marighella, em seu texto, define categoricamente o quão particular e fundamental era a guerrilha urbana.

Marighella trabalhava no sentido de definição do guerrilheiro urbano, principalmente no que dizia respeito à ideologia, ao modo de vida, à subsistência, a preparação técnica dos mesmos, bem como a utilização de armas. Por meio das diversas informações dos textos de Carlos Marighella acreditamos poder compreender a identidade própria da guerrilha em manifestações urbanas, bem como a dicotomia entre o discurso teórico e a prática política da esquerda armada nacional no intuito de derrubar os militares do governo do país.

Dessa forma, demonstramos tal peculiaridade com um excerto longo do *Manual do Guerrilheiro Urbano*, porém imprescindível para a compreensão da qualificação singular que Carlos Marighella deu ao guerrilheiro urbano:

O guerrilheiro urbano é um homem que luta contra uma ditadura militar com armas, utilizando métodos não convencionais. Um revolucionário político e um patriota ardente, ele é um lutador pela libertação de seu país, um amigo de sua gente e da liberdade. A área na qual o guerrilheiro urbano atua são as grandes cidades brasileiras. Também há muitos bandidos, conhecidos como delinqüentes, que atuam nas grandes cidades. Muitas vezes assaltos pelos delinqüentes são interpretados como ações de guerrilheiros. O guerrilheiro urbano, no entanto, difere radicalmente dos delinqüentes. O delinqüente se beneficia pessoalmente por suas ações, e ataca indiscriminadamente sem distinção entre explorados e exploradores, por isso há tantos homens e mulheres cotidianos entre suas vítimas. O guerrilheiro urbano segue uma meta política e somente ataca o governo, os grandes capitalistas, os imperialistas norte-americanos. [...] O guerrilheiro urbano é um inimigo implacável do governo e infringe dano sistemático às autoridades e aos homens que dominam e exercem o poder. O trabalho principal do guerrilheiro urbano é de distrair, cansar e desmoralizar os militares, a ditadura militar e as forças repressivas, como também atacar e destruir as riquezas dos norte-americanos, os gerentes estrangeiros, e a alta classe brasileira. O guerrilheiro urbano não teme dismantelar ou destruir o presente sistema econômico, político e social brasileiro, já que sua meta é ajudar ao guerrilheiro rural e colaborar para a criação de um sistema totalmente novo e uma estrutura revolucionária social e política, com as massas armadas no poder. O guerrilheiro urbano é caracterizado por sua valentia e sua natureza decisiva. Tem que ser bom taticamente e ser um líder hábil. O guerrilheiro urbano tem que ser uma pessoa preparada para compensar o fato de que não tem suficientes armas, munições e equipe. [...] As armas do guerrilheiro urbano são inferiores às do seu inimigo, mas vendo desde o ponto de vista moral, o guerrilheiro urbano tem uma vantagem que não se pode negar. Esta superioridade moral é o que sustem ao guerrilheiro urbano. Graças a ela, o guerrilheiro urbano pode levar ao fim seu trabalho principal, o qual é atacar e sobreviver. O guerrilheiro urbano tem que capturar ou desviar armas do inimigo para poder lutar. O guerrilheiro urbano não é um homem de negócios em uma empresa comercial, nem é um artista numa obra. A guerrilha urbana, assim como a

guerrilha rural, é uma promessa que o guerrilheiro se faz a si mesmo. Quando já não pode fazer frente às dificuldades, ou reconhece que lhe falta paciência para esperar, então é melhor entregar seu posto antes de trair sua promessa, já que lhe faltam as qualidades básicas necessárias para ser um guerrilheiro.

Para Marighella, independente de qualquer teoria, o “dever do revolucionário era fazer a revolução”. Nesse sentido, ele advogou uma identidade própria para as organizações armadas cidadinas.

[...] precisamos considerar que toda identidade é uma construção histórica: ela não existe sozinha, nem de forma absoluta, e é sempre construída em comparação com outras identidades, pois sempre nos identificamos com o que somos para nos distinguir de outras pessoas (SILVA; SILVA; 2005:204).

As concepções que a esquerda armada no Brasil pós-64 tinha de si mesma e do país era marcada pela história nacional, pela experiência internacional vinculada aos países ditos socialistas/comunistas e pela imagem que a direita deles difundiu. Longe de haver uma única idéia do que era o militante da esquerda, a fragmentação dos grupos oriunda de dissidências várias que deram origem a múltiplas caracterizações do que era a esquerda, de sua função social e de como a mesma tomaria o poder político do Estado.

Para o historiador e geógrafo David Lowenthal (1998) não é possível dissociar a identidade da memória, pois sem a recordação do passado, não é possível saber quem somos. Se a identidade é a territorialização da memória, a última é construída coletivamente com base nas experiências cotidianas de uma dada comunidade política. Assim, mesmo que o discurso, em muito emprestado de países e autores de vivência diferente da brasileira, insistia na primazia da guerrilha rural, é verdadeira a afirmação de que a maioria dos membros da esquerda nacional eram pessoas muito acostumadas no meio urbano. Concreto e edifícios faziam mais sentido prático a eles do que plantações, criações, mata fechada, foice e enxada.

A identidade é fruto das leituras e representações do cotidiano de cada um dos membros de uma dada sociedade. Assim, pessoas cujo exercício político estava concentrado nas cidades, uma vez juntos, somente podiam se relacionar no sentido do

urbano, desenvolvendo e (re) significando concepções de mundo relacionadas às cidades. A guerrilha rural para eles, e segundo estas concepções, foi compreendida enquanto ideal utópico e, por isso mesmo, sempre localizada no *vir a ser* dos grupos de esquerda; nunca fez parte dos esforços concretos da maioria dos membros das esquerdas armadas do período.

Entendemos que o significado de uma palavra ultrapassa o conjunto de um simples conceito, sendo assim visualizamos a temática *guerrilha* além da definição lingüística do termo. Em nossa opinião, a guerrilha deve ser estudada enquanto discurso, ou seja, como parte de uma construção histórica. Há um fator preponderante que devemos colocar em voga: a questão de sua temporalidade em relação ao historiador; ao fato de que tal documento (o *Manual do Guerrilheiro Urbano*) escolhido data de cerca de 50 anos atrás. Além disso, nossa documentação carrega uma carga ideológica intensa.

Inserido nessa problemática, a proximidade das fontes para com a análise do historiador tem sido discutida recentemente pelos mais diversos intelectuais, como, a obra *Questões para a história do presente* (1999), organizada por Agnes Chauveau e Philippe Tétart, na qual encontramos diversos historiadores (além dos organizadores) discutindo essa questão, tais como René Remond, Jean-Jacques Becker, Jacques Le Goff, Serge Berstein e outros. Esta questão será tratada com maior profundidade posteriormente.

Sabemos que, trabalhar com este tipo de documentação (ideologicamente densa somado ao curto espaço temporal entre a fonte e o historiador) requer um cuidado minucioso no momento que nos dispomos a analisá-la. Todavia, não queremos desmerecer outros tipos de fontes, independente do período, afirmando que apenas uma documentação como a nossa necessita de uma análise profunda e meticulosa.

Neste sentido, trabalhar com os escritos oriundos da esquerda que foram compostos pelos seus próprios militantes (no nosso caso Carlos Marighella) impõe de um cuidado maior – uma preocupação cautelosa e extremamente específica com essa singularidade que o documento traz em relação a sua origem (quando foi escrito), sua impressão (a obtenção de um local seguro em que haja uma máquina que se possa utilizar, de preferência sem custos ou de baixo custo) e, posteriormente, a divulgação e

propagação desse material - justamente no sentido de tentar divulgar ao máximo, tentando sempre ampliar seu poder de alcance.

Com o intuito de inserir a problemática das esquerdas revolucionárias urbanas é que organizamos nossos argumentos e pretendeu dar ao leitor uma melhor dimensão: primeiramente sobre o contexto do período, abordado em início de uma forma geral para compreendermos a conjuntura que propiciou o golpe de Estado executado pela direita militar e, posteriormente afunilando no sentido de focar a oposição ao regime, especificamente as condições que trouxeram à tona a questão da luta armada, no tocante a necessidade de exercer a resistência ao regime no espaço citadino, mesmo tendo como “fantasma” a teoria oriunda no meio rural.

FONTES

DEBRAY, Régis. *A Guerrilha do CHE*. São Paulo: Edições Populares, 1980.

MARIGHELLA, Carlos. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Editorial Livramento, 1979.

_____. *Manual do Guerrilheiro Urbano*. São Paulo, 1969.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luís. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCS, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v.4, p. 319-409.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Lemos de; SWENSSON JUNIOR, Walter (org.). *No coração das trevas: o DEOPS/ SP visto por dentro* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado / Arquivo do Estado, 2001 (coleção Dossiê DEOPS/ SP: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro).

ARRUDA, Antônio de. *ESG: História de sua doutrina*. Rio de Janeiro: Edições GRD/ Instituto Nacional do Livro/ Ministério da Educação e Cultura, 1980.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2002.

BRAGA, Maria Lúcia Santaella Braga. *Produção de linguagem e ideologia*. São Paulo: Cortez, 1980.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Unicamp, 2004.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

CHARTIER, Roger. *História cultural. entre práticas e representações*. Lisboa/ Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1990.

DONNE, Marcella Delle. *Teorias sobre a cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

LOWENTHAL, David. *Como conhecemos o passado*. São Paulo: Educ, 1998.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda- jornalistas e censores. Do A.I à Constituição de 1988*. São Paulo: Boi Tempo, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho. O anticomunismo no Brasil (1971-1964)*. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. (Série Descobrimos o Brasil).

REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984*. Londrina: UEL, 2001.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

_____. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução: do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SILVA, Márcia Pereira da. *Em busca do sonho: História, Juventude e Repressão*. Franca, 1960-1970. Montes Claros: Unimontes, 2001.

_____. O arbítrio e a violência: a prática da tortura no governo militar brasileiro. *Unimontes Científica*, Montes Claros, MG, v.6, n.2, p. 83-92, jul/dez. 1994

_____. *A defesa legal do arbítrio: os governos militares e a cultura da legalidade (1964-1985)*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. 359 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo*. Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury. São Paulo: Globo, 2000.